

A.I. Nº - 022073.0012/21-0
AUTUADO - ÓTICA DA GENTE LTDA
AUTUANTE - DANIEL ANTÔNIO DE JESUS QUERINO
ORIGEM - INFRAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 27.10.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0391-06/21-VD

EMENTA: ICMS. Falta de recolhimento. Documentos anexados pelo Autuado elidem a acusação fiscal. Comprovado que o contribuinte parcelou os valores exigidos no presente lançamento. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 22/02/2021, exige do Autuado ICMS no valor de R\$79.857,12, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 02.01.01: Deixou de recolher o ICMS no(s) prazo(s) regulamentare(s) referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.

Enquadramento Legal: art. 2º, inciso I e art. 32 da Lei 7.014/96 c/c art. 332, inciso I do RICMS/BA, publicado pelo Decreto nº 13.780/12.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso II, alínea “r” da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Autuado apresenta peça defensiva (fls. 12 a 62), inicialmente reproduzindo o conteúdo do lançamento e esclarecendo que os débitos sinalizados no lançamento foram parcelados e estão sendo pagos de acordo com o vencimento. Para, em seguida, demonstrar em planilhas os parcelamentos realizados, com os respectivos pagamentos já efetivados, conforme tabela abaixo.

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DE DÉBITOS			
Nº DO DÉBITO DECLARADO	Nº DO PARCELAMENTO	COMPETÊNCIA	VALOR DO DÉBITO
85.0000.1810/20-6	788820-1	2ª PARCELA DE FEVEREIRO/2020	R\$5.063,73
85.0000.2893/20-2	918020-6	MARÇO/2020	R\$10.791,97
85.0000.7657/20-5	1861620-8	OUTUBRO/2020	R\$33.740,39
85.0000.0001/21-5	39621-4	NOVEMBRO/2020	R\$8.987,03
85.0000.1661/21-9	367321-9	DEZEMBRO/2020	R\$21.274,00

Finaliza a peça defensiva asseverando que não há o que se falar em divergência de recolhimento de ICMS NORMAL.

Na Informação fiscal de fl. 64, o Autuante inicialmente reproduz o conteúdo do lançamento e concorda com os argumentos apresentados na Impugnação.

Finaliza a informação requerendo o encerramento da presente autuação.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

VOTO

O Auto de Infração em lide exige do Autuado ICMS no valor de R\$79.857,12 e é composto de (01) uma infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ICMS no(s) prazo(s) regulamentare(s), referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios. A exigência refere-se aos meses de fevereiro, março, outubro, novembro e dezembro de 2020.

Cumpre destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

No presente Auto de Infração foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o Autuado afirma que os débitos sinalizados no lançamento foram parcelados e estão sendo pagos de acordo com o vencimento. Para, em seguida, demonstrar em planilhas os parcelamentos realizados, com os respectivos pagamentos já efetivados.

Finaliza a peça defensiva asseverando que não há o que se falar em divergência de recolhimento de ICMS NORMAL.

Na Informação Fiscal de fl. 64, o Autuante reproduz o conteúdo do lançamento e concorda com os argumentos apresentados na impugnação.

Finaliza a informação requerendo o encerramento da presente autuação.

Compulsando os documentos constantes nos autos, em particular os de fls. 17/56 e confrontando-os com o demonstrativo de débito (fl. 01), verifico que, de fato, os valores exigidos no presente lançamento foram objeto dos parcelamentos de nºs 788820-1; 918020-6; 1861620-8; 39621-4 e 367321-9, conforme respectivos requerimentos, autorizações de débito automático em conta corrente, documentos de arrecadação e extratos, anexados pelo Impugnante na defesa, pelo que entendo improceder a presente cobrança.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual por unanimidade julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **022073.0012/21-0**, lavrado contra **ÓTICA DA GENTE LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 25 de outubro de 2021

EDUARDO DUTRA FREITAS – PRESIDENTE/JULGADOR

JOSE CARLOS COUTINHO RICCIO – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR